


# DEFINIR POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: DOS DICIONÁRIOS ESPECIALIZADOS À DISCUSSÃO DOS LINGUISTAS

---

**Jefferson Evaristo\***

 <https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

**Como citar este artigo:** EVARISTO, J. Definir políticas linguísticas: dos dicionários especializados à discussão dos linguistas. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 1-12, maio/ago. 2022. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL14858

**Submissão:** setembro de 2021. **Aceite:** fevereiro de 2022.

**Resumo:** Definir políticas linguísticas é uma tarefa complexa, considerando-se a polissemia do termo e as muitas acepções que os linguistas lhe dão. Entretanto, a área dos estudos sobre políticas linguísticas, seja em um sentido teórico ou em suas aplicações, é relativamente consolidada. Nosso texto, de maneira modesta, pretende apresentar uma proposta de definição do termo, de modo a oferecer aos pesquisadores, linguistas ou não, subsídios com os quais possam empreender suas pesquisas, observar seus objetos, estabelecer suas análises e traçar suas considerações.

**Palavras-chave:** Políticas linguísticas. Dicionários. Linguistas. Conceito. Proposta.

---

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: jeffersonpn@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

■ **O** conceito de políticas linguísticas é um daqueles construtos complexos de definição e delimitação dentro dos estudos linguísticos. Por lidar simultaneamente com noções de sociolinguística, linguística, economia, política, política internacional, sociologia e outras áreas, sua conceituação torna-se fluida e, não raramente, conflitante, a depender do autor observado.

Nosso texto, de maneira modesta, pretende apresentar uma proposta de definição do termo, de modo a oferecer aos pesquisadores, linguistas ou não, subsídios com os quais possam empreender suas pesquisas, observar seus objetos, estabelecer suas análises e traçar suas considerações.

Para tanto, este artigo será dividido em cinco partes. Na primeira, a presente, fizemos uma breve introdução de nosso texto. Na segunda, trataremos da ausência do conceito de políticas linguísticas em importantes dicionários de linguística. Na terceira parte, mostraremos a discussão existente em outros desses dicionários, situando nossa discussão a partir da apresentação dessas obras. Na quarta parte, apresentaremos as vozes de alguns linguistas que se dedicam ao tema para, logo a seguir, propor uma definição do conceito de políticas linguísticas particular à nossa proposta. Encerra este texto uma seção com algumas considerações finais.

Em publicações anteriores (EVARISTO, 2018a, 2018b), pudemos delimitar alguns fatos acerca da pesquisa sobre políticas e políticas linguísticas na produção acadêmica brasileira, assim como sobre o próprio termo políticas linguísticas – uma nomenclatura problemática e imprecisa, mas ainda bastante usual e consolidada entre os pesquisadores da área<sup>1</sup>. Para tanto, a próxima seção será destinada a ampliar o conceito de política, buscando entender algumas de suas nuances, possibilidades, usos e desdobramentos.

## O CONCEITO NO DICIONÁRIO – AS AUSÊNCIAS

“Uma das maneiras de conhecer-se o desenvolvimento da Linguística em um país é através dos dicionários ali publicados, seja criações locais ou traduzidas” (MATOS, 2005, p. 161). Os dicionários especializados comportam não apenas as definições, mas as presenças e os apagamentos de termos e conceitos dentro de determinada tradição científica. Assim, espera-se que os dicionários de linguística – em suas múltiplas facetas e sob as mais diversas nomenclaturas – incluam, exaustivamente, os termos que são de uso corrente na linguística.

Em consulta a um dicionário conhecido e renomado, o *Dicionário de linguística*, de Dubois (1973), constatamos que não há menção ao termo. O fato de a edição ser da década de 1970 não justifica a ausência, uma vez que o conceito começa a aparecer já na década de 1960<sup>2</sup>, motivado por um evento ocorrido na Universidade da Califórnia que seria tido, posteriormente, como o evento fundante da sociolinguística. De fato, a contribuição de Ferguson que traz as primeiras luzes ao tema – ainda em seu protótipo – data de 1959 (CALVET, 2007,

1 Em que pese, ainda, que é uma área com algumas décadas de existência (CALVET, 2007).

2 “Todos os autores que fizeram uma história dessa área de conhecimento [...] situam nas décadas de 50 e 60 as primeiras intervenções conscientes em política linguística” (LAGARES, 2018, p. 20).

p. 12-13). Considere-se, portanto, uma falha do dicionário em questão. Consultando-se o mesmo dicionário, em edição de 2006, permanece a ausência do termo. Não deixa de chamar a atenção o fato de a maior parte da discussão do tema ser de origem francesa e o dicionário, escrito por autores franceses, continuar a não incluir o verbete.

Câmara Júnior, constantemente referenciado como o fundador da linguística no Brasil, escreveu em 1974 o seu *Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa* (CÂMARA JÚNIOR, 2011) – como já afirmamos, uma obra quase 20 anos posterior ao advento da discussão sobre políticas linguísticas. Mattoso foi contemporâneo dessas discussões e, ainda assim, não as considerou – inclusive, as versões mais recentes de seu dicionário continuam a não incluir o verbete. Uma possível explicação tanto para a ausência em Mattoso quanto para a em Dubois é o fato de estarem os autores inseridos em um contexto estruturalista – embora, naturalmente, essa seja uma suposição nossa.

O Instituto de Linguística Teórica e Computacional<sup>3</sup>, gerido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal, possui *on-line* o significativo *Dicionário de termos linguísticos*. A obra é uma iniciativa do governo português, que mantém o Portal da Língua Portuguesa, definido como

*[...] um repositório organizado de recursos linguísticos. Pretende ser orientado tanto para o público em geral como para a comunidade científica, servindo de apoio a quem trabalha com a língua portuguesa e a todos os que têm interesse ou dúvidas sobre o seu funcionamento. Todo o conteúdo do Portal é de livre acesso e está em constante desenvolvimento* (PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, [s. d.]).

Perceba-se que se trata de uma iniciativa governamental, de Portugal, gerida por um renomado instituto de pesquisa linguística. Está vinculado, ainda, à Associação Portuguesa de Linguística<sup>4</sup>, o equivalente português da Associação Brasileira de Linguística<sup>5</sup> (Abralín).

O dicionário em questão subdivide-se da seguinte forma: “Filologia”, “Fonologia”, “Fonética”, “Lexicologia”, “Linguística histórica”, “Morfologia”, “Pragmática”, “Prosódia”, “Psicolinguística”, “Semântica”, “Sintaxe”, “Sociolinguística” e “Terminologia e termos gerais”. Pretende-se, portanto, amplo.

Ainda assim, uma busca no dicionário<sup>6</sup> pelos termos política linguística ou políticas linguísticas não gera nenhum resultado, bem como a busca por planificação<sup>7</sup>. É como se toda a Associação Portuguesa de Linguística não discutisse a questão – não obstante a apresentação de seu *site* afirmar que

*Este dicionário apresenta definições dos termos mais importantes da área da Linguística. É a versão em linha, adaptada, do Dicionário de Termos Linguísticos, publicado em 1990 e 1992 pelas Edições Cosmos* (PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, [s. d.]).

3 O Instituto de Linguística Teórica e Computacional (Iltec) é uma associação privada sem fins lucrativos cujos associados são a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa.

4 Cf. <https://apl.pt/>.

5 Cf. <https://www.abralin.org/site/>.

6 Cf. <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&query>.

7 Embora política linguística, no singular, não seja o uso corrente, a tentativa foi realizada. Da mesma forma, planificação foi outra tentativa, tentando suprir uma possível lacuna em relação à tradução do termo.

Esse dicionário começou a ser elaborado nos anos 1980, e, ainda hoje, embora continue a ser atualizado, não inclui o termo.

Perceba-se que, por exemplo, quando se fala de um *Dicionário de análise do discurso*, como o de Charaudeau e Maingueneau (2016), o esperado é que o termo não seja encontrado, uma vez que esse é um dicionário de uma parte específica da linguística – a análise do discurso – que não inclui a discussão sobre políticas linguísticas, própria da sociolinguística<sup>8,9</sup>. Aqui, não se trata de uma possível falha do dicionário, como a apresentada por Dubois e a Associação Portuguesa de Linguística, mas especificamente de ser um dicionário de um domínio específico, que não pretende, por essência, apresentar todas as discussões da comunidade linguística.

Os exemplos apenas corroboram a análise feita por Elias Ribeiro da Silva (2013, p. 289-290): “não é exagero afirmar que, até recentemente, a área de Política Linguística era uma ilustre desconhecida de parcela expressiva dos envolvidos com a pesquisa linguística no Brasil”. A julgar pela ausência no dicionário da Associação Portuguesa de Linguística, trata-se de uma ilustre desconhecida também em Portugal – uma afirmação que, embora devesse estar modalizada, não deixa de ter certa verdade.

Embora não sejam propriamente dicionários, é preciso pontuar a ausência do conceito em alguns dos principais manuais de introdução à linguística do Brasil. Seja na série *Pistas e travessias* (CHIAVEGATTO, 2002; CARNEIRO, 1999), nos dois volumes de *Introdução à linguística*, de Fiorin (2012, 2014), ou nos três volumes do *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, de Mussalim e Bentes (2012a, 2012b, 2016), a ausência é a regra. É de se lamentar que a Abralín não possua um dicionário de termos linguísticos equivalente ao que sua coirmã portuguesa possui.

Os exemplos anteriores permitem afirmar que é possível visualizar uma parte do cenário sobre o assunto e ponderar possíveis causas para o pouco interesse na temática. Um interesse que, como demonstramos em outra contribuição (EVARISTO, 2021)<sup>10</sup>, ainda é bastante tímido, podendo chegar a ser dito como praticamente inexistente. Uma ausência que indica, possivelmente, haver desinteresse dos pesquisadores pela temática – ainda que haja, como é de se esperar, algumas pesquisas esparsas.

## O CONCEITO NO DICIONÁRIO – AS PRESENÇAS

Discutimos, na seção anterior, alguns dos dicionários de linguística existentes que não apresentam como entrada o termo *políticas linguísticas*. Vejamos, agora, uma discussão acerca daqueles que apresentam o verbete.

- .....
- 8 Aqui, não desconsideramos que haja discussões sobre políticas linguísticas em outras áreas, como a análise do discurso, a linguística aplicada, a educação ou os estudos de formação de professores e currículos, por exemplo. O que argumentamos é que, apesar de haver pesquisas e discussões sobre políticas linguísticas em outras áreas, a sociolinguística é aquela em que, tradicionalmente (CALVET, 2007), ela se desenvolveu. Também Ricento (2006, p. xi), ao falar sobre os principais nomes que fundaram o campo, cita apenas sociolinguistas para exemplificar seu ponto.
  - 9 Ainda sobre a nota anterior, vejamos o que diz Ricento (2006, p. xi): “*My thinking on Language Policy has been influenced by literally hundreds of scholars in the social sciences and humanities, especially from critical theory, linguistics, philosophy, political science, and sociology*”. Em tradução livre, o autor diz que seu pensamento sobre as políticas linguísticas tem sido influenciado, literalmente, por centenas de pesquisadores de diversas áreas, como a filosofia, a ciência política, a sociologia e outras; isso não muda o fato, porém, de que nenhuma dessas áreas seja aquela em que as políticas linguísticas tenham nascido ou estejam inseridas.
  - 10 Nossos textos anteriores demonstram como, em um universo de milhares de teses e dissertações defendidas, apenas algumas poucas dezenas delas tinham as políticas linguísticas como temática, seja principal ou secundária.

Segundo o *Oxford Concise Dictionary of Linguistics*, políticas linguísticas<sup>11</sup> são definidas “no sentido óbvio de ‘políticas que dizem respeito à língua’”<sup>12</sup> (MATTHEWS, 2014, p. 216, tradução nossa). A definição do OCDL – um prestigioso dicionário, referência internacional – deixa a desejar ao apresentar uma sentença reducionista, simplista e – sem nenhum tipo de trocadilho – óbvia. Dizer que elas são políticas que dizem respeito à língua é o mesmo que dizer que uma ação de planejamento é uma ação que diz respeito ao planejamento de algo. Ou seja, é apenas parafrasear o próprio conceito, sem explicitá-lo de nenhuma maneira. Em nada contribuí, portanto, para a definição do conceito ou para a sua utilização teórica. De qualquer forma, em que pese o nome *concise*, o dicionário é a obra única elaborada por Oxford para o tema.

Consideremos a data da edição consultada do OCDL e vejamos que a edição, recente, continua a não trazer uma definição consistente para o conceito. É como se ele ainda estivesse esfumaçado, incerto e/ou parcialmente desconhecido. Como exemplos do que seriam as tais “políticas que dizem respeito à língua”, o autor cita o caso francês e as suas políticas linguísticas, que levaram o francês à condição de língua nacional, a despeito da existência de outras línguas na região. O exemplo, de fato, faz parte das “políticas linguísticas”, a ponto de o próprio Calvet (2007) dedicar dois capítulos, dentre outros exemplos, a abordar a questão do francês como língua nacional e seu papel na Europa e na francofonia. Entretanto, não se trata apenas desse ponto, como aponta, entre outros, Diniz (2012).

Apesar disso, a definição apresentada é insuficiente não apenas para definir o fenômeno em si, mas para possibilitar que ele seja entendido, (re)utilizado e/ou (res)significado. Por seu caráter amplo e generalista, tido como óbvio, a definição do OCDL não permite que se possa operar com o conceito. Ficam excluídas, portanto, as possibilidades de pesquisa em toda uma área, uma vez que seu conceito sequer é apresentado.

Por sua vez, Bagno, em seu *Dicionário crítico de sociolinguística*<sup>13</sup>, apresenta as políticas linguísticas como “o conjunto de medidas que os poderes públicos tomam ou podem tomar para intervir nas interações linguísticas da sociedade” (BAGNO, 2017, p. 349). Sua definição daria conta, por exemplo, de documentos oficiais, embora a eles não ficasse restrita. A definição de Bagno, na verdade, desenvolve-se em uma pequena discussão estruturada mais como um pequeno artigo do que como um verbete de entrada em um dicionário. O autor evoca nomes consagrados que deram origem ao termo, assim como apresenta a discussão atual e casos de aplicação e exemplificação das políticas linguísticas.

## A DISCUSSÃO FEITA PELOS LINGUISTAS

Além dos dicionários, é possível encontrar a contribuição de diferentes linguistas em outros textos, como artigos, capítulos de livros, entre outros. Uma parte dessa discussão, como dissemos, foi apresentada em Evaristo (2021). Outra parte será empreendida na sequência, a partir de outras contribuições.

11 A entrada no dicionário corresponde ao termo *language policy*.

12 No original: “*in the obvious sense of ‘policy regarding language’*”.

13 Para o autor, a linguística não existiria: haveria, necessariamente, apenas a sociolinguística para aquilo que convencionalmente se denomina linguística.

Ainda no contexto português, é possível encontrar contribuições ao tema. Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015, p. 213) defenderam:

*A política de línguas como área importante da investigação sociolinguística, [que] compreende todas as medidas e regras por meio das quais se regula o uso de uma língua (política linguística) ou o uso de várias línguas (política de línguas). Tais regras e medidas são na maior parte das vezes da responsabilidade dos políticos e não dos linguistas.*

Santipolo (2002, p. 57, tradução nossa), um dos nomes mais relevantes da sociolinguística italiana e referência internacional, apresenta o conceito nos seguintes termos: “qualquer estratégia ou linha de conduta que um governo ou um órgão governante decida empreender em relação à língua”<sup>14</sup>. Uma definição que, de fato, assim como a de Bagno (2017), aproxima-se daquela proposta originalmente por Calvet (2007), em texto considerado fundador da área no Brasil.

Na introdução à obra de Calvet no Brasil, Oliveira (2007, p. 8-9) traz uma definição para o conceito afirmando que

*[...] “política linguística”, para além de uma multidisciplina constituída de conhecimentos técnicos de linguística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, mobilizados para a análise das situações linguísticas é, como diz Lia Varela<sup>15</sup>, uma prática política, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas.*

Percebemos, com a definição de Oliveira, que, na realidade, as políticas linguísticas seriam não uma disciplina ou área de estudos, mas uma confluência de saberes e teorias que, numa manifestação política, assumiriam sua face diante das intervenções que fariam nas línguas e nas sociedades. Não seriam, por assim dizer, um campo de estudos, mas uma forma de ação com princípios espalhados em diversas áreas.

Porém, não nos parece possível que uma disciplina possa ser classificada como uma confluência de diversas áreas, posto que ela deixaria de ser uma disciplina, um campo de estudo, para ser uma ação multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, como se queira.

Lagares (2018) é outro autor a trazer obra significativa para a discussão. Seu mais recente livro *Qual política linguística?* vai além da apresentação de uma definição de políticas linguísticas para chegar a uma proposta de ressignificação da área para uma glotopolítica, espécie de noção mais ampla, social, democrática e inclusiva, que realçaria o fator político e identitário já presente nas políticas linguísticas<sup>16</sup>.

Aquí, a questão da definição da nomenclatura e dos conceitos utilizados emerge e ganha destaque. Se, como defende Oliveira (2007), as políticas linguísticas não seriam uma disciplina, mas uma multidisciplina, então *a priori* não existiriam disciplinas. Para se fazer história, é preciso possuir conhecimentos de economia, filosofia, política, linguagens e muitas outras áreas. Para se fazer

14 No original: “Qualsiasi strategia o linea di condotta che un governo o un organo governativo decida di intraprendere in relazione alla lingua”.

15 O autor não indica referências sobre a citação.

16 O mesmo Santipolo (2002) já mencionado é outro autor a falar em glotopolítica: Itália (de onde vem Santipolo), Espanha (de onde vem Lagares, que é da Galícia) e Argentina são polos teóricos importantes quando falamos em glotopolítica. Por não ser a glotopolítica o objetivo da discussão que fazemos, não aprofundaremos a questão.



psicologia, é preciso possuir conhecimentos de história, linguagens, bioquímica, entre outros. Alguém poderia argumentar e dizer que todas são áreas de ciências humanas e que, em essência, seriam áreas realmente interpenetráveis, abertas ao diálogo e subsidiárias do contato com outras áreas.

Acontece que a premissa parece não se sustentar. Pensemos, por exemplo, na área de engenharia. Para um engenheiro, é necessário possuir conhecimentos de matemática, física, geologia e geografia – isso apenas para ficar (sem esgotamento) no domínio da construção de um edifício. O mesmo pensamento poderia ser aplicado a qualquer outra área e o resultado seria, invariavelmente, o mesmo: todas as áreas do conhecimento demandam conhecimentos de outras áreas.

Caso assim acontecesse, não existiriam mais disciplinas, mas apenas multidisciplinas. Não mais haveria cursos universitários, mas apenas multicursos universitários. As áreas de estudo não são ilhas isoladas, mas são, antes de tudo, territórios que se sobrepõem, que se ultrapassam, que se tocam e que se mesclam. Nem por isso, entretanto, deixam de ser definíveis e separáveis.

Naturalmente, é necessário operar com recortes que situem determinados conceitos, discussões ou *corpora* em uma área de estudos, de forma a possibilitar que se faça uma pesquisa. É um princípio básico da pesquisa científica e repetido por praticamente todos os manuais de metodologia: é necessário definir não apenas um *corpus*, mas uma área de estudos e uma teoria segundo as quais o *corpus* será analisado. É o que evidenciam, por exemplo, Marconi e Lakatos (2010, p. 140) quando indicam que duas das ações a serem feitas nas fases de uma pesquisa são a definição dos termos e a delimitação da pesquisa. Isso porque, de fato,

*[...] o objetivo principal da definição dos termos é torná-los claros, compreensíveis, objetivos e adequados. É importante definir todos os termos que possam dar margem a interpretações errôneas. O uso de termos apropriados, de definições corretas, contribui para a melhor compreensão da realidade observada (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 144).*

De qualquer forma, reiteremos, a conceituação dos termos é uma tarefa essencial para a investigação científica que, em tese, antecederia a própria pesquisa em si. Somente com conceitos claros será possível conseguir a “melhor compreensão da realidade observada” de que falam Marconi e Lakatos (2010, p. 144). Traçar limites claros que definam um conceito é a forma única de abordá-lo. Quanto mais delimitado um conceito está, mais claro ele estará, posto que “o conceito é delimitador” (MINAYO, 1994, p. 20) – uma tarefa que, a título de exemplo, a definição oferecida por Oliveira (2007) não permite cumprir.

Evidentemente, é possível que o autor tenha outra definição exposta em algum de seus trabalhos. É possível que ele, por exemplo, tenha revisto seus pressupostos sobre a questão e/ou que a tenha aprofundado melhor em outros textos. Entretanto, isso não modifica o cenário – a introdução ao livro de Calvet (2007) – em que ele define políticas linguísticas da maneira como definiu, o que, objetivamente, não se trata de uma definição.

## **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS – O CONCEITO COMO AQUI PROPOSTO**

A discussão realizada até o presente momento já permitiu antecipar a conclusão – ainda que parcial – a que chegamos sobre o conceito de políticas linguísticas.

Minayo apresenta uma abordagem para o conceito que convém ser contemplada. Para a autora, “conceitos são construções de sentido” (MINAYO, 1994, p. 20), sendo suas funções divididas em três âmbitos: cognitivo, pragmático e comunicativo, servindo para ordenar, fixar e construir o recorte que se busca observar.

*Em seu aspecto cognitivo, o conceito é delimitador. Por exemplo, se decidimos analisar a influência da AIDS no comportamento de adolescentes do sexo feminino de uma escola X, turma Y, eliminamos todas as outras possibilidades* (MINAYO, 1994, p. 20).

Ou seja, é necessário delimitar o conceito para que ele possa indicar e construir, com precisão, o recorte a ser observado. Sem essa delimitação, todo o processo ficaria comprometido.

“Na sua função pragmática, o conceito tem que ser operativo, ou seja, ser capaz de permitir ao investigador trabalhar com ele no campo” (MINAYO, 1994, p. 20). De fato, o conceito de políticas linguísticas, de amplo uso, permite uma função e um uso pragmático.

“Por fim, no seu caráter comunicativo, o conceito tem de ser de tal forma claro, específico e abrangente que permita sua compreensão pelos interlocutores participantes da mesma área de interesse” (MINAYO, 1994, p. 20-21). Esse é o ponto em que a discussão sobre o conceito de políticas linguísticas fica comprometida, uma vez que lhe falta a premissa da clareza.

Em primeiro lugar, portanto, há o problema do termo escolhido para a nomenclatura do conceito. Políticas linguísticas é um conceito que, em essência e sem importância de quem é o autor, não designa política e não designa linguística.

Não designa política porque, como tivemos a oportunidade de demonstrar em duas outras publicações sobre o conceito de política (EVARISTO, 2018a, 2018b), as políticas linguísticas não podem ser afiliadas à noção de política. Foi visto como, desde Aristóteles até atualmente, em todas as diferentes formas de apreensão da noção de política, não houve nenhuma que fosse, ainda que minimamente, aproximada ao sentido atual das políticas linguísticas. São concepções em absoluto diferentes, por maiores que sejam os esforços retóricos e epistemológicos que se queira fazer para aproximar os objetos.

Não estavam relacionadas ao conceito de política porque, de fato, não são políticas. Não ao menos em nenhum dos muitos sentidos do termo desde a antiguidade clássica até a era contemporânea, como em Rossi (2015), Gallo (2014), Maquiavel (2011 [1532]), Aristóteles (2009) e Agostinho (1999).

Aqui, a discussão chega a outro campo correlato, necessário para a nossa compreensão: nossa discussão aponta para uma realidade em que, de fato, políticas linguísticas não seriam relacionadas ao conceito de política, mas a alguma outra coisa. Será na lexicografia, especificamente na terminologia, ainda que numa inserção breve, que a questão começará a ser compreendida.

De fato, quando pensamos no conceito de políticas linguísticas, consideramos não uma palavra sozinha, mas um termo, uma colocação que se faz de uma estrutura coesa, utilizada de maneira a se considerar o termo uma espécie de palavra única, não mais a junção de duas palavras, mas a criação de uma nova palavra. Isso é comum, por exemplo, em palavras compostas por hífen, em que a junção das duas palavras não corresponde necessariamente ao sentido somado das duas palavras originais.



Vejam alguns exemplos explicativos. Na consideração da palavra amizade-colorida, reconhecida pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa como sendo grafada com hífen, o resultado semântico da palavra não se dá numa soma das noções de amizade e de colorida, mas, sim, na aceção – que pode se dar pelos mais variados motivos – de um novo sentido, completamente diverso dessa suposta soma dos vocábulos. Na linguagem corrente, é possível encontrar a grafia da palavra também sem hífen, o que aproxima mais a discussão do caso das políticas linguísticas, também essas palavras – “políticas” e “linguísticas” – associadas entre si e não grafadas com hífen. Outro caso possível a exemplificar a situação é o das palavras banana-maçã, barra-pesada e dedo-duro: em todos os casos, há uma nova aceção para a estrutura, diferente da simples junção dos sentidos originais dos dois vocábulos.

Isso se dá porque, em geral, embora haja sentidos que podem ser considerados a junção de duas ideias originais, como em guarda-roupa ou em conta-gotas, essa não é a regra geral. Ou seja: o termo não necessariamente representa duas ideias isoladas que se agrupam.

Da discussão, chega-se à conclusão de que o termo, particularmente considerado em uma especialidade científica, técnica ou teórica, terá significação própria, a despeito dos sentidos individualizados dos vocábulos que o compõem. Compete à terminologia, então, encabeçar a discussão científica que se espera – e que aqui foi defendida – acerca da necessidade da precisão de um conceito. A terminologia, portanto,

*[...] integra o funcionamento da linguagem, caracteriza-se pela forte articulação do componente lexical que, por força de especificidades temáticas, constitui-se em importante recurso para a precisão conceitual. Tal precisão é uma condição necessária a um eficiente intercâmbio comunicacional entre especialistas dos diferentes ramos do conhecimento (KRIEGER, 2000, p. 210).*

A afirmação de Krieger traz luz à questão, colaborando no entendimento do motivo para as políticas linguísticas não serem necessariamente políticas. Naturalmente, isso não impede que o conhecimento científico seja criado e desenvolvido, nem impede que esses pesquisadores/autores desenvolvam suas pesquisas e contribuições. Porém, isso também não escusa o campo de problemas teóricos, epistemológicos e/ou pragmáticos.

Não que, igualmente, o conceito de políticas linguísticas seja unívoco entre os pesquisadores, porque não o é. Sucede, porém, que a necessidade de terminologia que possibilite aquilo que Krieger (2000) chama de intercâmbio comunicacional impele que o conceito de políticas linguísticas tenha relativa estabilidade, ainda que com as nuances de seus pesquisadores.

Isso justificaria, ainda, a necessidade de dicionários terminológicos ou de áreas específicas, por exemplo, já que não se espera que dicionários comuns da língua possuam entradas para conceitos específicos de determinada área científica. Além disso, “evidentemente, o sentido especializado é diferente do sentido do signo empregado no uso comum da língua” (ALMEIDA, 2011, p. 91). Se um dicionário comum pode apontar caminhos para a ideia de política, será o dicionário especializado, terminológico, que apontará os caminhos para o conceito de políticas linguísticas, tomado enquanto termo.

*Não obstante, os termos são considerados como rótulos e etiquetas com os quais conscientemente enominam-se os resultados das ciências e das técnicas,*

*de modo a evitar a polissemia e as ambigüidades do léxico comum. Nesse mesmo sentido, é conhecida a afirmação de Coseriu de que as terminologias científicas e técnicas não pertencem à linguagem, posto que sua utilização visa apenas a classificações científicas, e por conseguinte, estão fora da língua como sistemas de significação. Conforme suas próprias palavras: “Para as ciências e as técnicas, as palavras são efetivamente o ‘substituto’ das coisas, isto é, desse ponto de vista, a ‘significação’ coincide com a designação, o que não ocorre na linguagem como tal” (KRIEGER, 2000, p. 216).*

Portanto, enquanto artifícios de uma proposta operacional, aqui será necessário estabelecermos uma conceituação mais clara para as políticas linguísticas, de modo a tornar seu uso possível. Portanto, defendemos que políticas linguísticas sejam compreendidas como o planejamento, as propostas e/ou as ações empreendidas linguística, social e politicamente para a disposição, a manutenção, a promoção, a preservação e/ou a difusão de diferentes línguas nas sociedades. Essas ações, em geral, são empreendidas majoritariamente pelo Estado, embora possam ser também elaboradas pelos mais variados entes sociopolíticos e econômicos.

Essa definição que propomos apresenta lastro, por exemplo, em outras discussões anteriores como as de Cooper (1989) ou as de Ricento (2006). Aqui, enfocamos que as políticas linguísticas sejam principalmente ações que incidem sobre *status*, planejamento, ações e decisões sobre as línguas e suas relações. Com isso, por consequência, ficariam em segundo plano questões como crenças, representações, identidades e outras discussões igualmente importantes e relevantes, mas que, em nossa proposta e leitura, não são as primordiais; a posição se confirma considerando ainda os autores aqui citados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nosso texto buscou ser uma espécie de exposição guiada acerca do conceito de políticas linguísticas, apresentando uma parte das discussões especializadas sobre o termo e, ao fim, propondo uma definição com a qual seja possível operar metodologicamente.

Para tanto, expusemos antes algumas ausências, imprecisões e possibilidades de uso do termo em relação aos dicionários especializados, importantes *corpora* de consulta e pesquisa. Na sequência, vimos o posicionamento de alguns linguistas, os quais apresentaram suas críticas, hipóteses e proposições. Tais visões ainda seguiam caminhos um tanto ou quanto superficiais por um lado e pouco explicativas por outro.

A definição que propusemos, não exaustiva e sem pretensão de perfeição, poderia ser uma das alternativas teóricas a nortear os estudos sobre políticas linguísticas, de modo a oferecer aos nossos leitores um caminho – dentre outros, reconhecemos – pelo qual seguir quando tiverem pela frente a decisão de observar políticas linguísticas em contextos variados.

Esperamos, com o nosso intento, ter sido úteis aos nossos leitores.

**DEFINING LANGUAGE POLICIES: FROM SPECIALIZED DICTIONARIES TO LINGUISTS'  
DISCUSSION**

**Abstract:** Defining language policies is a complex task, considering the polysemy of the term and the many meanings that linguists give it. However, the area of language policy studies, whether in a theoretical sense or its applications, is a relatively consolidated area. Our study, in a modest way, intends to present a proposal for the definition of the term, in order to offer researchers, linguists or not, subsidies with which they can undertake their research, observe their objects, establish their analyses and outline their considerations.

**Keywords:** Language policies. Dictionaries. Linguists. Concept. Proposal.

**REFERÊNCIAS**

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- AGOSTINHO, S. *A cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- ALMEIDA, G. M. de B. Quais os critérios que deveriam orientar os lexicógrafos na inserção de termos e da fraseologia especializada em dicionários gerais? In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (org.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- ARISTÓTELES. *A política*. Bauru: Edipro, 2009 [IV a.C.].
- BAGNO, M. de A. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- CALVET, L.-J. *As políticas linguísticas*. Florianópolis: Ipol; São Paulo: Parábola, 2007.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CARNEIRO, M. T. (org.). *Pistas e travessias*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHIAVEGATTO, V. (org.). *Pistas e travessias*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. v. 2.
- COOPER, R. L. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- DINIZ, L. R. A. *Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. 2012. Tese. (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ENDRUSCHAT, A.; SCHMIDT-RADEFELDT, J. *Introdução básica à linguística do português*. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

- EVARISTO, J. Do bem comum da Pólis em direção à Cidade de Deus: o conceito de política em Agostinho de Hipona em comparação com Aristóteles. *Revista Medievalis*, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2018a.
- EVARISTO, J. O conceito de política no período antigo e medieval: Maquiavel e Aristóteles como bases epistemológicas da política contemporânea. *Revista Medievalis*, v. 7, n. 2, p. 1-9, 2018b.
- EVARISTO, J. Panorama das pesquisas em políticas linguísticas no contexto de PLE no Brasil. *Revista Multilíngüe de Lengüa, Sociedad y Educación*, v. 3, n. 1, p. 127-133, 2021.
- FIORIN, J. L. *Introdução à linguística: I. Objetos teóricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- FIORIN, J. L. *Introdução à linguística: II. Princípios de análise*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- GALLO, S. *Filosofia: experiência do pensamento*. São Paulo: Scipione, 2014.
- KRIEGER, M. da G. Terminologia revisitada. *Delta*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000.
- LAGARES, X. C. *Qual política linguística?* São Paulo: Parábola, 2018.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Hunter Books, 2011 [1532].
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATOS, F. G. de. Dicionário de linguagem e lingüística. *Delta*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 161-163, jun. 2005.
- MATTHEWS, P. H. *Oxford concise dictionary of linguistics*. New York: Oxford, 2014.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012a. v. 1.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012b. v. 2.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2016. v. 3.
- OLIVEIRA, G. M. de. Prefácio. In: CALVET, L.-J. *As políticas linguísticas*. Florianópolis: Ipol; São Paulo: Parábola, 2007.
- PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Dicionário de termos linguísticos*. [s. d.]. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&query=>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- RICENTO, T. *An introduction to language policy: theory and method*. New Jersey: Blackwell Publishers, 2006.
- ROSSI, M. Á. Palavra e política em Aristóteles: uma discussão com Platão e os sofistas. *Prometeus: Revista do Mestrado em Filosofia da UFS*, v. 8, n. 17, p. 61-75, 2015.
- SANTIPOLO, M. D. *Sociolinguística alla glottodidattica*. Torino: Utet Libreria, 2002.
- SILVA, E. R. da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, 2013.